

EDITAL Nº 045/2023
PROCESSO LICITATORIO Nº 051/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2023
REGISTRO DE PREÇO Nº 012/2023

O PREFEITO MUNICIPAL DE COQUEIROS DO SUL, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados que será realizada licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO (REGISTRO DE PREÇOS)**, do tipo menor preço e será julgado por preço item, conforme descrito neste edital e seus anexos, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decretos Executivos Municipais nº 034/2016 e nº 056/2020, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislações pertinentes, observadas as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

As informações dos dados para acesso deve ser feita na pagina do site da Prefeitura de Coqueiros do Sul/RS, www.coqueirosul.com.br/licitacao ou diretamente em www.pregaobanrisul.com.br.

As **propostas de preços e os documentos de habilitação** serão recebidos no período de **17 de julho de 2023 a 28 de julho de 2023, até às 09h** (horário de Brasília), no site supramencionado.

Abertura das propostas 09h (horário de Brasília).

O início da Sessão de Lances será no dia **28 de julho de 2023, às 09h30min** (horário de Brasília), no site supramencionado.

Consultas e eventuais esclarecimentos sobre o edital deverão ser encaminhadas para: Pregoeiro e a equipe de apoio, designados pela Portaria nº 233/2023, no endereço: Av. Presidente Vargas nº 315 – Centro, Coqueiros do Sul/RS, CEP: 99528-000-, E-mail: gabinte@coqueirosul.com.br, ou pelo telefone: (54) 3329-7700.

O orçamento da Administração é sigiloso, conforme fundamento da Lei Federal nº 12.527/2011, art. 7º, § 3º, e no art. 15 do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, e será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

Poderão participar desta licitação, as empresas do ramo de atividades pertinente ao objeto da licitação que atenderem todas as exigências constantes neste edital, inclusive quanto à documentação e estiverem devidamente credenciadas no site www.pregaobanrisul.com.br.

A participação na presente licitação implica a aceitação plena das condições expressas neste edital e seus anexos.

1. DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto da presente licitação, o registro de preços para futura contratação de empresa para prestação de serviços de transporte e colocação de saibro (cascalho) com caminhão caçamba, tipo basculante, com capacidade de carga mínima de 12m³, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos, Viação e Trânsito na manutenção das estradas vicinais do interior do Município, conforme descrição abaixo:

Item	Serviços	Unidade	Quantidade Estimada
1	Prestação de serviços de transporte de revestimento primário (saibro e cascalho), com caminhão caçamba, tipo basculante, com capacidade de carga mínima de 12m ³ , em estradas vicinais no interior do Município de Coqueiros do Sul/RS. O serviço consiste no transporte do cascalho da jazida dentro do perímetro municipal.	Quilometro	15.000 km

1.1. Para a prestação de serviço poderá ser solicitado à licitante vencedora (empresa), simultaneamente, até 02 (dois) caminhões caçamba, tipo basculante, com capacidade de carga de no mínimo 12m³, sendo que estes caminhões devem estar em perfeitas condições de uso.

1.2. Está incluso na prestação do serviço o valor do combustível, lubrificantes, fretes, motorista e suas despesas (como diária e alimentação), assim como as relacionadas a manutenção do veículo (como mecânica e pneus).

1.3. A execução do serviço é de responsabilidade do contratado, não podendo ser usada nenhuma dependência ou funcionário da Prefeitura Municipal de Coqueiros do Sul/RS.

1.4. A contagem da quilometragem percorrida terá seu início nas Saibreira (cascalheiras) com o caminhão carregado, até o local previamente indicado pela Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos, Viação e Trânsito, localizado no perímetro municipal, e o retorno do caminhão vazio até o ponto inicial. A quilometragem percorrida será controlada por um funcionário designado pela respectiva Secretaria, sendo controlado pelo velocímetro do caminhão. Ainda, no local das saibreiras (cascalheiras), haverá um operador de máquinas da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos, Viação e Trânsito que controlará o volume de carga a ser levado pelos caminhões.

1.5. O controle da quilometragem será através de tabela própria da Secretaria Municipal de Obras, a ser preenchida pelo funcionário designado pelo Município.

1.6. A quilometragem prevista neste edital é estimativa, não obrigando a Administração pela aquisição total.

1.7. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a participação em igualdade de condições.

1.9. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Coqueiros do Sul poderá adquirir o serviço constante deste edital, através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

1.10. Solicitado o serviço pela Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos, Viação e Trânsito, o prazo máximo para início da prestação do serviço em favor do Município será de 48 (quarenta e oito) horas.

2. DO CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME:

2.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para sua correta utilização.

2.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico www.pregaobanrisul.com.br.

2.3. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

2.3.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

2.3.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

2.3.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

2.3.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e

2.3.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

2.4. Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital.

2.4.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital sem prejuízo às demais cominações legais.

3. ENVIO DAS PROPOSTAS

3.1. As propostas e os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando os itens 4 e 5 deste Edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.

3.2. O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e das especificações técnicas previstas neste Edital.

3.3. Em campo próprio do sistema, o licitante deverá declarar:

3.3.1. O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, como condição de participação, **respondendo o declarante pela veracidade das suas informações, na forma da lei;**

3.3.2. O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 e 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, como condição para aplicação do disposto no item 9 e subitens, deste edital.

OBSERVAÇÃO 1: A falsidade da(s) declaração(ões) sujeitará o licitante às sanções legais.

OBSERVAÇÃO 2: É de responsabilidade da licitante assinalar o campo específico quanto a intenção de gozar do tratamento diferenciado estabelecido na Lei Complementar nº 123, de 2006, bem como encaminhar os documentos comprobatórios e declarações necessárias.

OBSERVAÇÃO 3: As licitantes que se declararem beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006 e não comprovarem os requisitos legais para tal enquadramento, serão inabilitadas e poderão estar sujeitas às sanções previstas no edital e na legislação pertinente.

3.5. Eventuais outros documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo Pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo máximo de até 02 (duas) horas.

4. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS:

4.1. O encaminhamento da proposta de preços será feito **exclusivamente** por meio do sistema eletrônico, observados datas e horários limites estabelecidos, sendo vedada a inserção de qualquer elemento que possa identificar o licitante durante a fase de lances.

- 4.1.1.** O descumprimento ao estabelecido no item “4.1.” ensejará a imediata desclassificação da proposta.
- 4.2.** O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão do Pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital.
- 4.3.** Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, observando as diretrizes do **Anexo I – Modelo de Proposta**, com a indicação completa do produto ofertado, incluindo marca, referências e demais dados técnicos, bem como com a indicação do valor unitário e total do item, englobando a tributação, os custos de entrega e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.
- 4.3.1.** A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas recebidas, passando o pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.
- 4.3.2.** Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro do valor.
- 4.3.3.** Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.
- 4.4.** Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta, razão pela qual os licitantes não poderão encaminhar documentos com timbre ou logomarca da empresa, assinatura ou carimbo de sócios ou outra informação que possa levar a sua identificação, até que se encerre a etapa de lances.
- 4.5.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada.
- 4.6.** No anexo da proposta resultante de lances, deverá constar, sob pena de desclassificação, o nome da empresa; número do CNPJ; número do item; descrição completa do produto ofertado; valor unitário para cada item; e, valor total para cada item.
- 4.7.** Deverá ser enviado, igualmente, planilha analítica de custos, permitindo a análise de eventual(is) pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro dos preços registrados, sob pena de desclassificação.

5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

5.1. O licitante classificado em 1º (primeiro) lugar, cuja proposta foi aceita, deverá anexar **ao sistema** os documentos a seguir relacionados, no prazo de até **02 (duas) horas a contar** da comunicação do Pregoeiro:

5.1.1. Declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Feral, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/2002 (Modelo Anexo III)

5.1.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a)** Cédula de identidade dos diretores ou proprietário;
- b)** Declaração de Firma Individual, no caso de empresa individual;
- c)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- d)** Decreto de autorização, devidamente publicado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e)** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de investidura ou nomeação da diretoria em exercício.
- f)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF).

5.1.3 REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;
- b) Prova de regularidade quanto a Tributos, a Contribuições Previdenciárias Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- e) Prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

5.1.4 REGULARIDADE TRABALHISTA:

- a) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, sendo que esta pode ser expedida pelos sites do CSJT, TST e TRTs. (CNDT)

5.1.5. QUALIFICAÇÃO ECONOMICA E FINANCEIRA:

- a) Certidão Negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não anterior a 30 (trinta) dias da abertura da sessão pública deste Pregão, se outro prazo não constar no documento;

5.1.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a empresa executado serviços similar e compatível com o objeto desta licitação com bom desempenho;
- d) Declaração da licitante de que ela possui ao menos 02 (dois) caminhões caçamba, tipo basculante, com capacidade de carga mínima de 12m³, com disponibilidade para realizar os serviços;

5.2. Para as empresas cadastradas no Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.

5.2.1. A substituição somente terá eficácia em relação aos documentos que tenham sido efetivamente apresentados para o cadastro e desde que estejam atualizados na data da sessão, constante no preâmbulo.

5.2.2. Caso algum dos documentos obrigatórios, exigidos para cadastro, esteja com o prazo de validade expirado, o licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

6. ABERTURA DA SESSAO PÚBLICA

6.1. No dia e hora indicados no preâmbulo, o Pregoeiro abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

6.2. O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do Pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme item 2.3.2 deste edital.

6.3. A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

6.4. Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.

7. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

7.2. Serão desclassificadas as propostas que:

- a)** não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b)** forem omissas em pontos essenciais;
- c)** contiverem opções de preços ou marcas alternativas ou que apresentem preços manifestamente inexequíveis.

7.3. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

7.4. As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o Pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.5. Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

7.6.1 O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

7.6.2 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.6.3. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.6.4 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será no percentual de 0,5% (meio por cento), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

8. MODO DE DISPUTA

8.1. Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item 7.

8.2. A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lances ofertados nos últimos 02 (dois) minutos de período de duração da sessão pública.

8.3. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

8.4. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

8.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o Pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol de consecução do melhor preço, mediante justificativa.

8.6. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o Pregoeiro no decorrer da etapa continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridos 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico www.pregoonlinebanrisul.com.br

8.8. O critério de julgamento e de classificação das empresas será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

9. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.1. Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado a declaração, de que trata o item 3.3.2. deste edital;

9.1.1. Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

9.1.2. Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 05 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 9.1.1. deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea “a” deste item.

9.1.3. O disposto no item 9.1 não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.

9.2. Se não houver licitante que atenda ao item 9.1 e seus subitens, serão observados os critérios do art. 3º, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

9.3. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas, de acordo com o art. 45, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

10. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

10.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta do licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

10.2. A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, que sejam solicitados pelo Pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo fixado no item 3.5. deste edital.

10.3. Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

10.4. Não serão consideradas, para julgamento das propostas vantagens não previstas no edital.

11. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos de habilitação, de que tratam o item 5.1 e 5.2, enviados nos termos do item 3.5., serão examinados pelo Pregoeiro, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

11.2. A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 3.3.2 deste edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 05 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pela interessada, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

11.3. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

11.4. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12. RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor, ou proclamado o resultado sem que haja um vencedor, os licitantes poderão manifestar justificadamente a intenção de interposição de recurso, em campo próprio do sistema, em até 10 minutos, sob pena de decadência do direito de recurso.

12.2. Havendo a manifestação do interessado em recorrer, será concedido o prazo de 03 (três) dias consecutivos para a interposição das razões do recurso, também via sistema, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

12.3. Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá motivadamente reconsiderar ou manter a sua decisão, sendo que neste caso deverá remeter o recurso para o julgamento da autoridade competente.

12.4. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o julgamento da licitação e adjudicará o seu objeto ao vencedor, determinando a convocação para assinar o contrato.

13.2. Na ausência de recursos, caberá ao Pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

13.3. O Contrato será formalizado, com observância das disposições do art. 11 do Decreto Municipal nº 056/2020 e será subscrita pela autoridade que assinou o edital.

13.4. A licitante convocada para assinar a Contrato que deixar de fazê-la no prazo fixado, dela será excluída.

13.5. Colhidas as assinaturas, o Órgão Gerenciador providenciará a imediata publicação do Contrato e, se for o caso, do ato que promover a exclusão de que trata o subitem anterior.

13.6. A adjudicação será feita por item.

14. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

14.1. Após a homologação, o adjudicatário será convocado para no prazo de 05 (cinco) dias, assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no edital.

14.2. Para a assinatura do contrato ou ata de registro de preços, no mesmo prazo do item 14.1, deverão ser comprovadas as condições de habilitação consignadas no edital, mediante a apresentação dos documentos originais ou cópias autenticadas.

14.2.1. Além da comprovação das condições de habilitação, o adjudicatário deverá indicar os veículos que serão disponibilizados para a prestação do serviço ao Município, comprovando que estes atendem a capacidade de carga prevista no edital, assim como demonstrando sua propriedade e/ou posse (decorrente de contrato de locação, cessão de uso ou assemelhado) sobre estes.

14.3. As certidões referidas nos itens 5.1.3 e 5.1.4, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

14.4. O prazo de que trata o item 14.1 poderá ser prorrogado uma vez e pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

14.5. Na hipótese de o vencedor da licitação se recusar a assinar o contrato, outro licitante será convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções.

14.6. A não apresentação dos originais ou cópias autenticadas dos documentos de habilitação, assim como a comprovação a que se refere o item 14.2.1., no prazo do item 14.1, será equiparada a uma recusa injustificada à contratação.

15. DOS PRAZOS E DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

15.1. O prazo de validade do Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da ATA.

15.1.1. O cancelamento do Registro de Preços ocorrerá nas hipóteses e condições estabelecidas no Decreto Executivo Municipal nº 034/2016.

15.2. A empresa vencedora do certame deverá começar a prestar os serviços, objeto desta licitação, em um prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, a contar da solicitação da contratante. O serviço deverá ser prestado nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos, Viação e Trânsito, com controle de quilometragem mediante planilha modelo da Secretaria.

16 PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1. As despesas decorrentes da contratação oriunda desta licitação correrão à conta da dotação orçamentária específica do orçamento vigente no exercício.

16.2. A Nota Fiscal deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do Pregão e da Ordem de fornecimento/empenho, a fim de se acelerar o tramite e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

16.3. O pagamento será efetuado por quilômetro rodado e será designado um funcionário da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos, Viação e Trânsito, que fará o apontamento da quilometragem dos caminhões contratados no início e término do seu dia de trabalho e a soma das quilometragens serão pagas conforme planilha.

16.4. Serão processadas as retenções previdenciárias quando for o caso, nos termos da lei que regula a matéria.

16.5. O pagamento será efetuado mensalmente após a emissão da Nota Fiscal/Fatura e do Relatório constante da Tabela de Controle de Quilometragem, com a observância do estipulado pelo artigo 5º da Lei Federal n.º 8.666/93, devendo ser efetuado até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da prestação do serviço.

16.6. O CNPJ da contratada constante na Nota Fiscal de fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório, bem como a empresa deverá possuir conta bancária vinculada a este CNPJ para fins de recebimento dos valores.

16.7. No pagamento, será retido do valor da contratação, o ISS e IR conforme legislação vigente.

16.8. Ocorrendo atraso no pagamento, será observado o disposto no art. 3 da EC nº 113/2021.

16.4.1. Ocorrendo desequilíbrio econômico – financeiro do contrato, a Administração poderá restabelecer a relação pactuada, nos termos do art. 65, II, letra “d”, da Lei n.º 8.666/93, mediante comprovação documental e requerimento expresso do contratado, com a apresentação de planilha de custos atualizada.

17. DAS PENALIDADES

17.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta do Município de Coqueiros do Sul, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e no art. 16 do Decreto Municipal nº 056/2020.

17.2. A penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar com o Município de Coqueiros do Sul, poderá ser aplicada a critério do Licitador à Proponente ou à Contratada, nos seguintes casos:

- a) apresentação de documentos falsos ou falsificados;
- b) prática de atos ilícitos visando frustrar os objetivos do Pregão;

- c) cometimento de falhas ou fraudes na execução do Contrato;
- d) condenação definitiva pela prática dolosa de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- e) prática de atos ilícitos demonstrando não possuir idoneidade para contratar com o Licitador;
- f) ficar evidenciado a prática de conluio.

17.3. Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;*
- b) manter comportamento inadequado durante o pregão: *afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;*
- c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;*
- d) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: *advertência;*
- e) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 30 (trinta) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: *multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;*
- f) inexecução parcial do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;*
- g) inexecução total do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;*
- h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: *declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.*

17.4. Sofrerá advertência quando ocorrer o descumprimento das obrigações assumidas, desde que sua gravidade, a critério do Licitador, mediante justificativa, não recomende a aplicação de outra penalidade.

17.5. Nenhuma penalidade será aplicada sem o prévio processo administrativo;

17.6. A aplicação de penalidades ocorrerá após defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

17.7. As aplicações da penalidade poderão ocorrer de forma cumulativa.

17.8. As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

17.9. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

18 DA FISCALIZAÇÃO

18.1. A fiscalização caberá diretamente à Secretaria solicitante, através de servidor Ilgo Odalvo Dickel, a quem compete verificar se a licitante vencedora está prestando os serviços, observando o edital, ata de registro de preços e os documentos que o integram.

18.2. A fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a licitante vencedora, inclusive rejeitando o fornecimento que estiver em desacordo com o contrato, obrigando-se, deste já, a licitante vencedora, deverá assegurar e facilitar o acesso da fiscalização a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

18.3. A fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer fornecimento que não esteja sendo executado dentro dos termos deste Edital, solicitando providencias da licitante vencedora.

18.4. Cabe à fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sito estipulada qualquer penalidade contratual. A fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e, em caso de multa, a indicação do seu valor.

18.5. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá a licitante vencedora da integral responsabilidade pela execução do objeto deste edital.

19. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

19.1. As empresas licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução do contrato, estando sujeitos às sanções previstas na legislação brasileira.

20. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

20.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do seguinte endereço eletrônico gabinete@coqueirosul.com.br

20.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no seguinte sítio da Administração www.coqueirosul.com.br/licitacao

20.3. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital aquele que não o fizer até 03 (três) dias úteis, antes da data designada para a realização do Pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entenderem viciarem o mesmo.

20.4. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

20.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

20.6. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

20.7. A impugnação feita tempestivamente pela Proponente não o impedirá de participar do processo licitatório.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de Coqueiros do Sul/RS, setor de Compras/Administração, sito na Av. Presidente Vargas, nº 315, ou pelos telefones (54) 3329-7700 ou e-mail: gabinete@coqueirosul.com.br, no horário compreendido entre as 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para recebimento dos envelopes.

21.2. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, setor de compras/Administração.

21.3. Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

21.4. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, *e-mail* e os números de fax e telefone.

21.5. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada, por tabelião ou por servidor, ou, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial. Os documentos extraídos de sistemas informatizados (internet) ficarão sujeitos à verificação da autenticidade de seus dados pela Administração.

21.6. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, sobre o valor inicial contratado.

21.7. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

21.8. A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei nº 8.666/1993).

21.9. Servidores Municipais, assim considerados aqueles do art. 84, “*caput*” e parágrafo 1º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, estão impedidos de participar deste certame licitatório, (tanto como membro da diretoria da empresa ou como do quadro de funcionários desta), por determinação do art. 9º, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993.

21.10. Os interessados deverão acompanhar as modificações e os esclarecimentos sobre o edital, disponibilizados na forma de aditamentos, esclarecimentos e comunicados no site www.coqueirosul.com.br/licitacao. Portanto, fica sob a inteira responsabilidade dos interessados que retiraram o instrumento convocatório o acompanhamento das atualizações efetuadas pela Administração, que poderão ocorrer a qualquer momento.

21.11. Constituem anexos e fazem parte integrante deste edital

I – Modelo de Apresentação de Proposta;

II – Modelo de Declaração para Beneficiários da Lei Complementar nº 123/2006;

III – Modelo de Declaração de Inexistência de Irregularidades quanto ao Trabalho do Menor;

IV – Modelo de Declaração de Fatos Impeditivos para Contratação;

V – Modelo da Tabela de Controle de Quilometragem;

VI – Minuta do Contrato referente ao Registro de Preço.

22. DO FORO

22.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Carazinho/RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Coqueiros do Sul/RS, em 13 de julho de 2023.

VALOIR CHAPUIS
Prefeito Municipal

EDITAL Nº 045/2023
PROCESSO LICITATORIO Nº 051/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2023
REGISTRO DE PREÇO Nº 012/2023

ANEXO I

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

Apresentamos nossa proposta para a prestação de serviços objeto do Eletrônico nº 006/2023, acatando todas as estipulações consignadas no Edital, conforme abaixo.

Item	Descrição do serviço	Unidade	Quantidade Estimada	Valor Unitário R\$
1	Prestação de serviços de transporte de revestimento primário (saibro e cascalho), com caminhão caçamba, tipo basculante, com capacidade de carga mínima de 12m ³ , em estradas vicinais no interior do Município de Coqueiros do Sul/RS. O serviço consiste no transporte do cascalho da jazida dentro do perímetro municipal.	quilometragem	15.000 km	

a) Para a prestação de serviço poderá ser solicitado à licitante vencedora (empresa), simultaneamente, até 02 (dois) caminhões caçamba tipo basculante com capacidade de carga de no mínimo 12m³, sendo que estes caminhões devem estar em perfeitas condições de uso;

b) Está incluso na prestação do serviço o valor do combustível, lubrificantes, fretes, motorista e suas despesas (como diária e alimentação), assim como as relacionadas a manutenção do veículo (como mecânica e pneus).

c) A contagem da quilometragem percorrida terá seu início nas Saibreira (cascalheiras) com o caminhão carregado, até o local previamente indicado pela Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos, Viação e Trânsito, localizado no perímetro municipal, e o retorno do caminhão vazio até o ponto inicial. A quilometragem percorrida será controlada por um funcionário designado pela respectiva Secretaria, sendo controlado pelo velocímetro do caminhão. Ainda, no local das saibreiras (cascalheiras), haverá um operador de máquinas da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos, Viação e Trânsito que controlará o volume de carga a ser levado pelos caminhões.

Nossa proposta vigorará pelo mínimo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data-limite prevista para entrega das propostas, conforme art. 64, § 3º, da Lei nº 8.666/93 e art. 6º da Lei nº 10.520, de 17-07-2002.
- Prazo de Pagamento nos Termos do Edital.

Local Data

Carimbo da Empresa

Assinatura do Responsável

EDITAL Nº 045/2023
PROCESSO LICITATORIO Nº 051/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2023
REGISTRO DE PREÇO Nº 012/2023

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA BENEFICIÁRIAS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

A(Razão Social da empresa), CNPJ nº....., localizada à..... **DECLARA**, sob as penas da lei, que na presente data é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme o inciso I, do art. 3º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme o inciso II, do art. 3º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. **DECLARA AINDA**, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º, do art. 3º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Local de data,

(Assinatura e identificação do responsável pela empresa)

EDITAL Nº 045/2023
PROCESSO LICITATORIO Nº 051/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2023
REGISTRO DE PREÇO Nº 012/2023

ANEXO III

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE IRREGULARIDADE
QUANTO AO TRABALHO DO MENOR**

A empresa....., inscrita no CNPJ sob o nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da cédula de identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA** para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666, de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ().

Local e data.

Local de data,
(Assinatura e identificação do responsável pela empresa)

(OBS: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

**EDITAL Nº 045/2023
PROCESSO LICITATORIO Nº 051/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2023
REGISTRO DE PREÇO Nº 012/2023**

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE FATO IMPEDITIVO

A empresa....., inscrita no CNPJ sob o nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da cédula de identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos do direito de participar de licitações no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser verdade assina a presente.

Local e data.

Local de data,
(Assinatura e identificação do responsável pela empresa)

EDITAL Nº 045/2023
PROCESSO LICITATORIO Nº 051/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2023
REGISTRO DE PREÇO Nº 012/2023

ANEXO VI

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº...../2023

O Município de Coqueiros do Sul/RS, inscrita no CNPJ nº 94.703.980/0001-32, com sede na Av. Presidente Vargas nº 315, Centro, CEP: 99528-000-, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Srº, nos termos do art. 15 da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, em face da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO ELETRÔNICO nº/2023, por deliberação do Pregoeiro Oficial, homologada em.....dede 2021, resolve REGISTRAR OS PREÇOS com a empresa, CNPJ nº....., com sede....., Município de....., UF....., neste ato representado.....CPF....., com preços mais vantajosos, por item, observadas as condições do Edital Pregão Presencial nº...../2023 – SRP, aquelas enunciadas abaixo e nos itens que se seguem:

1. Do Objeto - A presente Ata de Registro de Preços tem por objetivo o registro de preços para futura contratação de empresa para prestação de serviços de transporte e colocação de saibro (cascalho) com caminhão caçamba, tipo basculante, com capacidade de carga mínima de 12m³, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos, Viação e Trânsito na manutenção das estradas vicinais do interior do Município, conforme descrição abaixo:

Item	Serviços	Unidade	Quantidade Estimada	R\$ Unit. Registrado
1	Prestação de serviços de transporte de revestimento primário (saibro e cascalho), com caminhão caçamba, tipo basculante, com capacidade de carga mínima de 12m ³ , em estradas vicinais no interior do Município de Coqueiros do Sul/RS. O serviço consiste no transporte do cascalho da jazida dentro do perímetro municipal.	Quilometro	150.000	

1.1. A empresa _____, registra que os serviços poderão a ser prestados com os veículos de placas _____, cuja propriedade e/ou posse foram devidamente comprovadas perante o Município.

1.2. Para a prestação de serviço poderá ser solicitado à licitante vencedora (empresa), simultaneamente, até 02 (dois) caminhões caçamba, tipo basculante, com capacidade de carga de no mínimo 12m³, sendo que estes caminhões devem estar em perfeitas condições de uso.

1.3. Está incluso na prestação do serviço o valor do combustível, lubrificantes, fretes, motorista e suas despesas (como diária e alimentação), assim como as relacionadas a manutenção do veículo (como mecânica e pneus).

1.4. A execução do serviço é de responsabilidade do contratado, não podendo ser usada nenhuma dependência ou funcionário da Prefeitura Municipal de Coqueiros do Sul/RS.

1.5. A contagem da quilometragem percorrida terá seu início nas Saibreira (cascalheiras) com o caminhão carregado, até o local previamente indicado pela Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos, Viação e Trânsito, localizado no perímetro municipal, e o retorno do caminhão vazio até o ponto inicial. A quilometragem percorrida será controlada por um funcionário designado pela respectiva Secretaria, sendo controlado pelo velocímetro do caminhão. Ainda, no local das saibreiras (cascalheiras), haverá um operador de máquinas da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos, Viação e Trânsito que controlará o volume de carga a ser levado pelos caminhões.

1.6. O controle da quilometragem será através de tabela própria da Secretaria Municipal de Obras, a ser preenchida pelo funcionário designado pelo Município.

2. Vigência

2.1. O termo inicial da Ata de Registro de Preços será o de sua assinatura e vigorará pelo prazo de até 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura e publicação.

2.2. Nos termos do art. 15 § 4º da Lei nº 8.666/93, e do art. 5º, do Decreto nº 034/2016, esse Município não está obrigado a adquirir exclusivamente por intermédio dessa Ata, durante o seu período de vigência, os produtos cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições.

3. Contrato - Para consecução dos fornecimentos dos produtos registrados nessa Ata serão celebradas notas de empenho específicas com as empresas, com posteriores solicitações conforme disposto no item 17 do edital.

4. Preços e do Pagamento - Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços constam do item 1- objetos.

4.1. O pagamento será efetuado mensalmente após a emissão da Nota Fiscal/Fatura e do Relatório constante da Tabela de Controle de Quilometragem, com a observância do estipulado pelo artigo 5º da Lei Federal n.º 8.666/93, devendo ser efetuado até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da prestação do serviço.

4.2. A alteração ou atualização dos preços registrados, bem como a negociação dos preços registrados observará o disposto nos artigos 25, 26 e 27 do Decreto Federal nº 11.462/2023, assim como a Lei n.º 8.666/93 e Decretos Municipais Regulamentadores, mediante comprovação documental e requerimento expresso do contratado ou prévia oitiva deste, com a apresentação de planilha de custos.

5. Condições de Fornecimento

5.1. As solicitações de fornecimento à contratada por parte do município de Coqueiros do Sul serão feitas por escrito, através de Notas de Empenho.

5.2. As Notas de empenho poderão ser entregues diretamente no escritório da contratada ou encaminhados por meios eletrônicos, com uma antecedência mínima de dois dias úteis do dia marcado para a prestação do serviço.

5.3. Dentro do prazo de vigência contratual, o fornecedor está obrigado ao fornecimento do(s) serviço(s) desde que obedecidas as condições do pedido de empenho, conforme previsão do edital que precedeu a formalização dessa Ata.

5.6. A recusa da contratada em atender a solicitação de serviço do Município levará à aplicação das sanções previstas por inadimplemento.

6. Cancelamento da Ata de Registro de Preços

6.1. O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, nas seguintes hipóteses:

a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes dessa Ata de Registro de Preços;

- b)** quando o fornecedor não assinar o contrato quando convocado para tal, sem justificativa aceitável;
- c)** quando o fornecedor não retirar o pedido de empenho, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- d)** quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado se esse se tornar superior ao praticado no mercado;
- e)** quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior;
- f)** não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27 do Decreto nº 11.462/2023;
- g)** sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nas alíneas “a” e “e”, será formalizado em processo próprio e comunicada por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

6.3. No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado.

7. Penalidades e Sanções

7.1. Em qualquer hipótese, as penalidades observarão ao constante no item “17. DAS PENALIDADES” do Edital.

7.2. As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

7.3. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8. Fiscalização

8.1. A fiscalização caberá diretamente à Secretaria solicitante, através de servidor Ilgo Odalvo Dickel, a quem compete verificar se a licitante vencedora está prestando os serviços, observando o edital, ata de registro de preços e os documentos que o integram.

8.2. A fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a licitante vencedora, inclusive rejeitando o fornecimento que estiver em desacordo com o contrato, obrigando-se, deste já, a licitante vencedora, deverá assegurar e facilitar o acesso da fiscalização a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

8.3. A fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer fornecimento que não esteja sendo executado dentro dos termos deste Edital, solicitando providências da licitante vencedora.

8.4. Cabe à fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e, em caso de multa, a indicação do seu valor.

8.5. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá a licitante vencedora da integral responsabilidade pela execução do objeto deste edital.

9. Casos Fortuitos ou de Força Maior

9.1. Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou não-aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a atrasar a entrega dos produtos no local onde estiver sendo executado o objeto do contrato:

- a)** greve geral;
- b)** calamidade pública;
- c)** interrupção dos meios de transporte;
- d)** condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
- e)** outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

9.2. Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados e comprovados pela contratada.

9.3. Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado, até 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 (vinte e quatro) horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

10. Foro

Para a resolução de possíveis divergências entre as partes, oriundas da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o Foro da Comarca de Carazinho/RS, para dirimir quaisquer dúvidas.

E, assim por haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Município de Coqueiros do Sul/RS, e pela EMPRESA REGISTRADA, em duas vias de igual teor e forma.

Coqueiros do Sul/RS,.....de.....de 2023.

MUNICÍPIO DE COQUEIROS DO SUL
Prefeito Municipal

EMPRESA REGISTRADA
CNPJ: